



A 'ARTE DE PENSAR A VERDADE' SEGUNDO A ORDEM DOS CONCEITOS EM SÃO TOMÁS DE AQUINO*

Paulo Faitanin – Universidade Federal Fluminense.

Resumo. A verdade é o alimento do intelecto. O conhecimento da realidade através da abstração e concepção de palavras mentais – os conceitos – constitui o ponto de partida para o alcance da verdade. O intelecto, além de conceber, relaciona os conceitos entre si. Por meio desta atividade habitual e reta no uso dos seus princípios produz o pensamento verdadeiro. Pensar é natural ao ser humano, mas pensar retamente a verdade requer uma virtude, uma habilidade própria da razão que só a lógica pode ajudar a desenvolver. Nossa intenção neste artigo é apresentar brevemente como São Tomás de Aquino tratou da lógica no que se refere à sua tríplice atividade formal: apreender, conceber e julgar.

Palavras-chave. Tomás de Aquino, Tomismo, lógica.

Abstract. The truth is the food of the intellects. The knowledge of the reality through the abstraction and conception of mental words – the concepts – constitutes the starting point to reach the truth. Besides conceiving the concepts, the intellect relates them to each other. Through this habitual and straight activity in the use of its principles, the true thought is produced. Thinking is natural to the human being, but thinking the truth straight requires virtue ability proper to reason that only the logic can help develop. Our intention in this article is to present briefly how Saint Thomas Aquinas treated logic as to its triple formal activity: learn, conceive and judge¹.

Keywords. Thomas Aquinas, Thomism, logic.

INTRODUÇÃO

Aristóteles [384-322 a.C] é o verdadeiro pai da lógica², porque a sistematizou ao dar continuidade a um esforço já começado com os métodos de pesquisa de Zenão de Eléa, de Sócrates, de Platão, dos Eleatas e dos Sofistas. É sabido que foi Alexandre de Afrodísia [198-211] que denominou

* Este ensaio foi escrito em homenagem ao Prof. Dr. Paulo Alcoforado, por ocasião de sua aposentadoria do departamento de filosofia da Universidade Federal Fluminense. Sua revisão ficou a cargo de Bernardo Veiga de Oliveira Alves do curso de Comunicação-Jornalismo da UFRJ e por Raoni Martins Leal, da Faculdade de Economia da UFF.

¹ Agradeço à professora Clea Fernandez Ramos Valle pela versão inglesa do resumo.

² JAEGER, W. *Aristoteles. Bases para la historia de su desarrollo intelectual*. Traducción de José Gaos. México, D.F: Fondo de Cultura Económica, 1984, p. 61.

Ôrganon [*órganon*, que significa *instrumento*], à série de obras lógicas do Estagirita: *Tópicos, Refutações Sofísticas, Primeiros Analíticos, Segundo Analíticos, Sobre a Interpretação, Categorias*³.

Sabe-se, do mesmo modo, que foi o próprio Alexandre quem, por primeiro, valeu-se da palavra *lógica* para designar o raciocínio e o objeto de estudo destes tratados, pois como nos atesta D. Ross, este nome era desconhecido de Aristóteles⁴, embora não fosse o de *dialética*⁵. Graças aos esforços de Boécio [470-525] a lógica aristotélica foi transmitida ao Medievo⁶, chegando até a Escolástica⁷, como a disciplina mais importante para os que se iniciavam no estudo filosófico. Podemos dizer que no medievo *sine Boethio Aristoteles in logica mutus esset*⁸. Muito provavelmente foi estudando a lógica aristotélica, transmitida por Boécio, como disciplina introdutória aos estudos filosóficos, que o Aquinate teve, ainda em Nápoles, pelas mãos de seu Mestre Martino, seu primeiro contato com este legado⁹.

Tomás teve este contato precoce com a lógica, mas a tomou apenas como *instrumento* para o bem pensar¹⁰, sem desenvolver um estudo sistemático. Apesar disso, legou-nos algumas interpretações inovadoras¹¹ que são

³ Para uma visão clara e sintética destas obras recomenda-se: PHILIPPE, M.-D. *Introdução à Filosofia de Aristóteles*. Tradução Gabriel Hibon. São Paulo: Paulus, 2002, pp. 240-269.

⁴ ROSS, D. *Aristóteles*. Tradução de Luís Felipe Bragança S. S. Teixeira. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987, p. 31. Por outro lado, M. Kappes acentua o uso da palavra *logikòs* em Aristóteles: KAPPES, M. *Aristoteles-Lexikon. Erklärung der philosophischen termini technici des Aristoteles in alphabetischer Reihenfolge*. New York: Burt Franklin, 1971, p. 35.

⁵ ALCOFORADO, P. “Lógica”, ‘Analítica’, ‘Dialética’”, *Aquinate*, n° 2, (2006), 161-205.

⁶ Sobre o panorama histórico da lógica neste período ver: WYLLIE, G. “Um panorama histórico da lógica medieval”, *Aquinate*, n° 5 (2007), pp. 147-165.

⁷ “Boécio tornou-se o professor de lógica na Idade Média”, cf. GILSON, E. *A Filosofia na Idade Média*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 160. Para mais informações acerca da Lógica na Idade Média vejam: BOEHNER, Ph. *Medieval Logic* Chicago: The University of Chicago Press, 1952.

⁸ FAITANIN, P. “A querela da individuação na Escolástica”, *Aquinate*, n° 1 (2005), p. 77.

⁹ TORRELL, J.-P. *Iniciação a Santo Tomás de Aquino. Sua pessoa e obra*. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Edições Loyola, 1999, p. 8; WEISHEIPL, J.A. *Friar Thomas D’Aquino. His life, Thought & Works*. Washington, D.C: The Catholic University of América Press, p. 16; WALZ, A. *Saint Thomas Aquinas. A Biographical Study*. Marylan: The Nrwmn Press, 1951, p. 22.

¹⁰ TOMÁS DE AQUINO, S. *In I Anal. post.* lec1: “a arte diretiva do próprio ato da razão, por meio da qual o homem, em seu próprio ato da razão, ordena facilmente e procede sem erro”.

¹¹ Sobre as contribuições do Aquinate para a lógica vejam: MARTIN, Ch. *The Philosophy of Thomas Aquinas. Introductory Readings*. London: Routledge, 1988, pp. 8-48; SCHOOT, H.J.M. “Aquinas and Supposition: The Possibilities and Limitations of Logic *in divinis*”, *Vivarium*

recolhidas nos diversos estudos, nos quais se resgatam do seu pensamento suas principais contribuições para a lógica¹². Cabe destacar, também, que Tomás por ser um dos principais instrumentos de difusão do pensamento de Aristóteles para posteriores gerações, colaborou do mesmo modo para a transmissão da lógica para o Renascimento¹³. Não obstante, não se ocupou do comentário completo das obras lógicas do Estagirita, dedicou-se apenas ao comentário do *De interpretatione* e do *Segundos Analíticos*¹⁴. Importantes elementos que compõem o conjunto de sua contribuição para a lógica são encontrados em seu *De veritate* e em alguns opúsculos que tratam de temas de lógica¹⁵.

31/2 (1993), pp. 193-225; GARRIGOU-LAGRANGE, R. *La Synthèse Thomiste* Paris: Desclée de Brouwer, 1950, pp. 21-23.

¹² Destaco aqui apenas alguns exemplos de estudos e manuais de lógica aristotélico-tomistas: JOÃO DE SÃO TOMÁS, *Cursus Philosophicus Thomisticus*. Vol. II Logica. Parisiis: Vives, 1883; PÊGUES, TH. *Initiation Thomiste* Paris: Saint-Maximin, 1925, pp. 90-112; BOCHENSKI, I.M. *Formale Logik*. Fribourg: K. Alber Verlag, 1956; GRETT, J. *Elementa Philosophiae Aristotelico-thomisticae* Vol. 1. Logica et Philosophia Naturalis. Romae: Herder, 1961; SCHMIDT, R. *The Domain of Logic according to Saint Thomas Aquinas*. Nijhoff: La Haya, 1966; JOLIVET, R. *Lógica e Cosmologia*. Rio de Janeiro: Agir, 1969; GARDEIL, H.D. *Initiation à la philosophie de Saint Thomas d'Aquin*. I. *Introduction-logique* Paris: Cerf, 1964; MARITAIN, J. *A ordem dos conceitos. Lógica Menor*. 11^a. Edição. Rio de Janeiro: Agir, 1986; SANGUINETI, J.J. *Logica*. 5^a. Edición. Pamplona: Eunsa, 2000.

¹³ Laughlin destaca Tomás de Aquino como um dos transmissores da lógica aristotélica para o Renascimento: LAUGHLIN, B. *The Aristotle adventure: a guide to the Greek, Arabic, & Latin Scholars who transmitted Aristotle's Logic to the Renaissance*. Washington, D.C: Albert Hale Pub, 1995, pp. 161-163. Lachance já havia demarcado a importância do Aquinate dentro da história da lógica: LACHANCE, L. *Saint Thomas dans l'histoire de la logique* Paris: Vrin, 1932.

¹⁴ A redação do comentário do *Peri Hermeneias* de Aristóteles, dedicado a Guilherme Berthout, presbítero de Louvain, deve ser situada entre a condenação de 10 de dezembro de 1270 e meados de outubro de 1271. Inacabado, o comentário pára no cap. II, 2 [Bekker 19b 26]. O manuscrito foi enviado de Nápoles com a exposição dos *Segundos analíticos* aos mestres da faculdade de artes de Paris, que desejavam ter esses dois livros, após a morte de Tomás. Quanto ao conteúdo e ao método, essa obra de lógica e de hermenêutica, segue bem de perto a letra do texto de Aristóteles. O Comentário dos *Segundos Analíticos* de Aristóteles foi iniciado nas cercanias imediatas do comentário do *Peri Hermeneias*, ao qual provavelmente sucedeu [outubro de 1271]. Desse modo, uma primeira parte foi redigida em Paris [I, 1-26], seguindo a tradução de Tiago de Veneza. A obra foi continuada em Nápoles, onde o Aquinate passa a comentar a tradução de Moerbeke [I, 27-II 20], até o final de 1272. Após a sua morte, foi enviado, como dito acima, aos mestres da faculdade de artes de Paris, juntamente com o comentário do *Peri Hermeneias*. Sobre isso ver: TORRELL, J.-P. *Iniciação a Santo Tomás de Aquino. Sua pessoa e obra*. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Edições Loyola, 1999, p. 262-263, 331, 398-399.

¹⁵ Dentre eles: *De fallaciis* [Sobre as falácias], um pequeno tratado de lógica para iniciantes, que examina os raciocínios incorretos; *De propositionibus modalibus* [Sobre as proposições

Nossa intenção neste artigo é apresentar brevemente uma reflexão¹⁶ sobre os elementos da *lógica formal* considerados pelo Aquinate na arquitetura de suas exposições, comentário e análises filosófico-teológicas. Não se trata de um *curso*, nem tem a pretensão de ser um *manual*, mas um artigo que apresenta um delineamento básico dos princípios da lógica formal no pensamento do Aquinate, com fundamentação em seus próprios textos. Como a intenção é apresentar este decurso no pensamento tomista, os pertinentes exemplos de silogismos, tão comuns nos tratados e manuais, mas, também, necessários para a aprendizagem, serão deixados em segundo plano, por causa da intenção deste estudo. Aos que desejam ter acesso a estes exemplos, recomendamos vê-los nos manuais de lógica referidos na nota de rodapé n° 12.

1. A LÓGICA.

Segundo o Aquinate, o *lógico* não considera a existência da coisa, mas o seu conceito produzido pela abstração¹⁷. Ele o considera quanto ao modo de

modais]; *De demonstratione* [Sobre a demonstração]; *De natura accidentis* [Sobre a natureza do acidente]; *De natura generis* [Sobre a natureza do gênero]; *De natura syllogismorum* [Sobre a natureza dos silogismos] e o *De quatuor oppositis* [Sobre as quatro oposições]. Sobre suas respectivas autenticidades vejam: MANDONNET, P. *Des écrits authentiques de S. Thomas d'Aquin*. Fribourg, 1910, p. 108; PELSTER, F. "Die Thomas von Aquin zugeschriebenen Opuscula De instantibus, De natura verbi intellectus, De principio individuationis, De genere, De natura accidentis, De natura materiae, De quatuor oppositis und ihr Verfasser", *Gregorianum*, 36 (1955), pp. 21-49; GRABMANN, M. *Die Werke des Hl. Thomas von Aquin. Eine Literarhistorische Untersuchung und Einführung* (Beiträge zur Geschichte der Philosophie und Theologie des Mittelalters, Band XXII. Heft 1/2). Münster: Aschendorffsche Verlagsbuchhandlung, 1949. Esta obra foi reeditada em 1967. Em qualquer caso ambos os especialistas consideram espúria a obra atribuída ao Aquinate: *Summa totius logicae Aristotelis*. Chenu diz não ser só apócrifa, mas também cheia de conceitualismo nominalista, que falsamente nutriu a lógica de João de São Tomás e de muitos outros tomistas: CHENU, M.D. *Introduction a l'étude de Saint Thomas d'Aquin*. Paris: Vrin, 1993, p. 280.

¹⁶ Nossa reflexão é mais recordativa e expositiva do que analítica. Algo que não se afasta do que propôs o autor do seguinte artigo: WINANCE, E. "Réflexion sur la Logique de l'Aquinate", *Revue Thomiste* 87 (1987) 391-434.

¹⁷ O conhecimento é pelo modo da *abstração* e segue a ordem que vai do sensível ao inteligível, ou do particular ao universal [*STh* I,q85,a1,c]. Abstração é o ato pelo qual o intelecto considera a natureza de uma realidade material sem a sua materialidade. Conhecer por abstração "é abstrair a forma da matéria individual que as representações das imagens significam... nosso intelecto conhece as coisas materiais abstraindo das representações imaginárias. E mediante as coisas materiais consideradas dessa maneira, chegamos a um conhecimento das coisas imateriais" [*STh* I, q.85, a.1,c]. Uma breve nota acerca deste tema: MONDIN, B. *Dizionario Enciclopedico del pensiero di San Tommaso d'Aquino*. Bologna: Edizioni

sua predicação¹⁸, seja afirmando ou negando sua relação e/ou identidade com outro conceito ou do conceito com o real¹⁹. Trata-se de uma consideração de *relação de razão* que se estabelece entre os conceitos²⁰. Só a razão possui esta habilidade de promover tal relação de predicação entre os conceitos. Talvez, por causa desta habilidade, o Aquinate defina a *lógica* como “a *arte* diretiva do próprio ato da razão, por meio da qual o homem, em seu próprio ato da razão, ordena facilmente e procede sem erro”²¹.

A lógica é *arte*, mas também *ciência*, embora seja muito mais instrumento da ciência do que propriamente ciência²². Não obstante, como *arte* ela é habilidade pessoal para realizar uma atividade, que pode e deve melhorar com o exercício, que tem um fim prático e serve de instrumento para conhecer retamente; como *ciência*²³, ela é conhecimento universal e certo pelos princípios, que tem uma finalidade especulativa, pois tenta descobrir e desenvolver a maneira de pensar do homem.

Neste sentido, a *lógica* é a ciência que resulta do ato da razão, pela ordem²⁴ que ela estabelece sobre os seus próprios atos²⁵: por um ato a razão *conhece* a verdade e formula os conceitos e, por outro, – o *raciocínio* – os ordena entre si²⁶. Por este último, a razão procede de um conhecimento a outro, na busca da compreensão da verdade²⁷. Ora, como o fim próprio da inteligência humana é atingir a *verdade* pelo *raciocínio* que deduz conclusões de certos princípios, o estudo das *leis* que regem sua operação é fundamental, já que seu

Studio Domenicano, 2000, pp. 73-75. Sobre os graus de abstração ver. MARITAIN, J. *Les degrés du savoir*. 4ème édition. Paris: Desclée de Brouwer, 1939, pp. 71-93.

¹⁸ TOMÁS DE AQUINO, S. *In VIII Metaph* lec17, n.1568.

¹⁹ TOMÁS DE AQUINO, S. *De ente et ess.* c.2 [L. Baur].

²⁰ TOMÁS DE AQUINO, S. *De pot.* q.7, a.11, c.

²¹ TOMÁS DE AQUINO, S. *In I Anal. post.* lec1.

²² TOMÁS DE AQUINO, S. *De Trinitate*, 2, q.1, a.1, ad2. Sobre a questão de se a lógica formal é arte ou ciência recomenda-se a leitura do seguinte texto: SIKORA, J.J. “The Art and Science of Formal Logic in Thomistic Philosophy”, *The Thomist* 22 (1959) 533-541.

²³ Tomás ensina-nos que a lógica é ciência racional: *De fallaciis*, proem.

²⁴ Pègues destaca que ‘para São Tomás o papel do filósofo consiste, de início, em colocar em ordem os atos de sua razão e, em seguida, usar sua razão ordenada para estabelecer a ordem das coisas’: PÈGUES, TH. *Initiation Thomiste* Paris: Saint-Maximin, 1925, pp. 90.

²⁵ No início de seu comentário *In Ethicorum* o Aquinate diz que a ordem se compara de quatro modos com a razão: (a) a ordem que a razão não faz, mas considera, como é o caso das coisas naturais; (b) a ordem que a razão faz considerando seu próprio ato, como a ordem dos seus conceitos uns com relação aos outros, os sinais dos conceitos – nomes – que são vozes significativas; (c) a ordem que a razão promove considerando os atos da vontade, e (d) a ordem que a razão estabelece quando considera as coisas exteriores, como a da arrumação de uma casa [*In I Eth* Lec.1, n.1].

²⁶ TOMÁS DE AQUINO, S. *STh* I,q79,a8,c.

²⁷ TOMÁS DE AQUINO, S. *STh* I,q79,a8,c.

conhecimento corrobora positivamente para uma melhor consecução da verdade. Por isso, para o Aquinate, a lógica deveria ser o início dos estudos filosóficos, não por ser mais fácil, mas porque dela dependem as outras ciências como instrumento para o bom raciocinar²⁸.

Neste aspecto a lógica é verdadeiramente *instrumento* para a inteligência, na medida em que orienta a razão, em sua própria operação, na busca da verdade das coisas que conhece. Tal atividade da inteligência é *reflexiva* e, por isso mesmo, o método desta ciência é reflexivo: *reflete-se sobre os atos de conhecer e seus conceitos para saber como se conhece*. Nesta atividade reflexiva a lógica realiza uma análise da linguagem, justamente porque todo conhecimento conceitual são expressos por uma *linguagem*, que é suposta para a arquitetura de toda ciência.

Segue-se disso que para qualquer atividade reflexiva a lógica é *utilíssima*, porque ela mesma é uma atividade e é reflexiva. Por sua repetição adquire-se um *hábito*, cujo exercício perfaz uma *habilidade*. Pois bem, sabe-se que toda habilidade requer o exercício. Ora, a prática do raciocínio estabelece justamente aquele *hábito* que nos referíamos acima. Se esta habilidade orienta-se pelo uso reto da razão, ela efetivamente constitui uma virtude intelectual.

Neste caso, a lógica como arte que utiliza retamente os princípios da razão torna-se um hábito bom, pois orienta retamente a razão para seu objeto e perfeição próprios: a *verdade*. Se todo bom hábito é virtude, o raciocínio reto – a reta razão no uso de seus princípios – constitui a mais nobre virtude humana no ato do conhecimento e, obviamente, seu mau uso, constitui o erro, o engano, a falsidade²⁹. Contudo, não é imprescindível para conhecer, ter o uso reto da razão, pois a experiência ensina-nos que mesmo quem não o tem, conhece, embora não conheça *verdadeiramente*.

Sem ser absolutamente necessária, a lógica é *útil* e *conveniente* para a perfeição da atividade do *conhecimento*, da *ciência*. Por este mesmo motivo, a lógica não é o fundamento do conhecer científico, mas *seu instrumento*. Por esta razão, a epistemologia deve encontrar na lógica sua aliada mais significativa no acesso às verdades científicas. Mesmo as ciências humanas devem aportar-se neste valioso instrumento para o bem pensar. Mas, com relação a isso, há tantas controvérsias quantas sejam as escolas, sobretudo, no que se refere às duas mais excelsas partes da filosofia, a *ética* e a *metafísica*.

Alguns, por sobrepor ou confundirem os princípios de uma ciência com os de outras, como no caso da lógica e da ética, acabaram por reduzir a teoria moral aos princípios da lei objetiva da razão, o *imperativo categórico*, como

²⁸ TOMÁS DE AQUINO, S. *De Trinitate* 2, q.2, a.1, ad. 2-3.

²⁹ TOMÁS DE AQUINO, S. *De fallaciis*, proem.

se constata na proposta de Kant³⁰. Por outro lado, embora cometendo o mesmo equívoco, outros propuseram uma aproximação tão intensa entre a lógica e a metafísica que quase as reduzem a uma mera *filosofia da linguagem*, como parece ocorrer com a proposta de Strawson³¹. Não obstante, a fronteira da lógica com as demais ciências humanas é bem determinada, ainda que compartilhem de visões comuns.

A lógica tem em comum com a *psicologia* a reflexão sobre os atos do conhecimento, mas diferem entre si porque a lógica estuda o que significam estes atos de conhecimento e a psicologia o que eles são³². A lógica estuda o aspecto subjetivo e a psicologia o objetivo e, por este motivo, a lógica supõe a psicologia³³. Por outro lado, a *gnosilogia* que teoriza o conhecimento humano supõe a psicologia e a lógica, ao mesmo tempo em que é uma ‘metafísica’ do conhecimento³⁴. Mas a gnosilogia difere da lógica nisso: aquela considera o problema do conhecimento e, esta, o problema de sua ordem e significado.

O estudo *filosófico da linguagem* supõe, por outro lado, a lógica, embora esta exija a linguagem para expressar os seus conceitos e realize uma análise filosófica da mesma ao refletir sobre ela³⁵. A *epistemologia* ou teoria da ciência

³⁰ KANT, E. *Grundlegung zur Metaphysik der Sitten*. [Fundamentação da metafísica dos costumes]. Riga: Joham Friedrich Kartknoch (AK, IV, p. 413). Ver também: CAYGILL, H. *Dicionário Kant*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p. 191.

³¹ Efetivamente, o primeiro a promover esta aproximação foi o próprio Aquinate: *In VII Metaph*. Lec2, n.1286-1287. Em nossos dias esta aproximação foi promovida, ainda que num contexto distinto, por: STRAWSON, P.F. *Individuals: An Essay in Descriptive Metaphysics*. London: Methuen, 1959.

³² Refiro-me à psicologia clássica, a saber, a doutrina filosófica acerca da origem, natureza e operação da alma como a considerou Aristóteles em sua obra *De anima*. Não obstante, mesmo a psicologia moderna e, especialmente, a *Psicanálise* relaciona-se com a lógica, na medida em que absorveram alguns de seus modelos para a exposição de suas teorias. Sabe-se, por exemplo, que Freud inventou a psicanálise, mas foi Lacan quem desenvolveu sua lógica. Sobre isso ver: KAUFMANN, P. “Lógica”, em: *Dicionário Enciclopédico de Psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996, p. 297.

³³ Sobre isso ver a muito esclarecedora exposição de Saguinetti sobre a relação da lógica com as demais partes da filosofia: SANGUINETI, J.J. *Logica*. 5ª. Edición. Pamplona: Eunsa, 2000, pp. 25-27.

³⁴ LLANO, A. *Gnosilogia Realista*. Trad. Fernando Marquezini. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio”, 2004, pp. 26-28.

³⁵ A filosofia da linguagem estuda os sinais, sentidos, referência e significados da *fala* e da *escrita* humana. A *linguagem falada* é expressão da fala. A *fala* é a manifestação, pela voz, da *palavra interior* que se concebe com a mente [De ver. q.9, a.4]. Esta *palavra interior* ou *verbo mental* é o conceito, o que é estudado pela *lógica*. O conceito é fruto da concepção que o intelecto faz pela abstração, ao considerar a universalidade da natureza de algo singular. Por *concepção* entende-se, neste contexto da lógica, a geração ou a produção de um conceito, por parte do intelecto [STh. III,q13,a12,c]. Pela concepção o intelecto produz uma *palavra* ou

supõe a lógica, pois aquela propõe uma análise e uma crítica dos princípios da ciência, dos raciocínios científicos, enquanto esta propõe uma análise reta e verdadeira dos conceitos e dos princípios que constituem os raciocínios científicos³⁶. A lógica estuda a ordem especulativa dos atos e conceitos da inteligência e a *ética* a ordem prática dos atos humanos. E dado que uma ordem não se dissocia absolutamente da outra, a ética, na medida em que ordena o bem pensar para o bem agir, supõe a lógica³⁷.

Não poderia deixar de ser feita a comparação entre a lógica e a *matemática* porque, embora sejam distintas de *per se*, ambas as ciências aproximam-se no que se referem à ordem que a razão faz sobre o que conhece, além de constituírem, juntas, uma disciplina à parte – *lógica matemática* – que não é uma lógica meramente simbólica, nem uma tentativa de *matematização* da lógica ou de redução da lógica à matemática, mas uma lógica que busca a análise da correção das leis lógicas puramente formais e a aplicação da lógica à própria lógica³⁸.

A lógica é tão excelsa que se emparelha com a *metafísica*, pois ambas as ciências se aproximam, seja porque estudam todas as coisas³⁹, seja porque compartilham especificamente o mesmo objeto: o *ente*. O ente é o objeto comum do lógico e do metafísico: o lógico considera os entes enquanto estão na razão, e o metafísico os estuda enquanto são entes⁴⁰. Contudo, há uma proeminência da metafísica sobre a lógica: a lógica subordina-se à metafísica, pois conhecer com ordem (lógica) é apreender a verdade do que as coisas são (metafísica). Feita esta rica relação entre a lógica e as demais ciências que dela

verbo mental, no qual se encontra a similitude inteligível abstraída da coisa concreta, sem que com isso se estabeleça uma identidade entre natureza que concebe e a natureza concebida, pois o que o intelecto produz é uma similitude do objeto real [*STh*.q27,a2,ad2]. O conceito é uma *voz* mental, cujo sinal sensível é um nome que indica certo significado [*In I Sent*.d2,q1,a3]. É nesta perspectiva que a filosofia da linguagem supõe a lógica.

³⁶ Esta suposição baseia-se no fato de que todas as ciências utilizam *raciocínios* que correspondem à capacidade humana de conhecer. A *filosofia da ciência* ou *epistemologia* estuda a natureza e o valor do conhecimento científico. Ver: ARTIGAS, M. *Filosofia de la Ciencia*. Pamplona: Eunsa, 1999, p. 14.

³⁷ Essa relação só é eficazmente possível entre a lógica e a ética, na medida em que não ocorra reducionismo ou sobreposição dos princípios de ambas as ciências; o que não ocorre com as teorias morais que se fundamentam em modelos empiristas lógico-lingüísticos, que comumente aceitam o *princípio empirista*, que reduz o conhecimento humano à experiência sensível: LUÑO, A.R. *Ética general*. 3ª. Edición. Pamplona: Eunsa, 1998, pp. 32-39.

³⁸ BOCHENSKI, I.-M. *A filosofia contemporânea ocidental*. São Paulo: Edusp, 1975, pp. 231-232.

³⁹ Seu objeto tem a mesma extensão, alcança a universalidade de todos os seres: *In IV Met*. lec.4.

⁴⁰ TOMÁS DE AQUINO, S. *In VII Met*.lec. 13.

dependem, voltemos à questão central de tentar entender como a lógica estuda o conteúdo do pensamento.

O que é o pensamento? É a operação racional por meio da qual se relacionam representações, os conceitos, as idéias, as imagens e tudo o que a razão possa articular⁴¹. O pensamento humano articula-se em três operações fundamentais: a *simples apreensão* que concebe as noções ou conceitos; o *juízo* por meio do qual se afirma ou nega a verdade deste conceito, compondo ou distinguindo uns conceitos de outros e o *raciocínio* que combina os juízos, por cuja combinação se obtêm novas verdades. O Aquinate adota esta tríplice divisão clássica. Analisando a operação do intelecto em si mesmo o Aquinate enumera as três: *uma é denominada indivisível* [simples apreensão], pela qual o intelecto apreende a essência de cada coisa em si mesma; *outra divisível* por meio da qual o intelecto compõe e divide [juízo] e, por fim, uma outra que é o *raciocinar*, por meio do qual o intelecto procede do mais conhecido ao menos conhecido⁴². São estas operações que formam parte do raciocínio e que constituem o objeto de estudo da lógica formal.

Esta divisão da lógica clássica permanece até hoje, salvo algumas inclusões de temas específicos, provenientes das descobertas mais recentes, relativas a qualquer uma das três operações do intelecto. Pode-se também dividir a lógica segundo o critério *hilenórfico*, tal como os antigos faziam ao considerar as partes de uma ciência, ou seja, de saber qual é a *forma* e a *matéria* de dada ciência. Sendo assim, distinguiu-se no raciocínio a forma e a matéria: uma parte da lógica estuda a *forma do raciocínio* e, por isso, é denominada, *lógica formal*; outra parte da lógica estuda a *matéria do raciocínio* e, por isso, é denominada, *lógica material*.

A *lógica formal*, também denominada *lógica menor*, considera os conceitos e a *lógica material*, por sua vez, conhecida como *lógica maior*, o modo de ordená-los e expressá-los, para que o raciocínio formalmente seja reto e materialmente verdadeiro. E isso é muito importante, porque um raciocínio pode ser reto, mas não necessariamente verdadeiro, como neste caso: *Todo animal é racional; Ora, cão é animal; Logo, cão é racional*. Por isso, segundo o Aquinate, não se pode ter algum juízo certo se não se volta para os primeiros princípios. E este *voltar* para os primeiros princípios pertence a esta ciência, ou seja, à lógica, que é denominada *analítica* ou *resolutiva* por este motivo. A análise da forma é estudada na obra *Primeiros Analíticos* e a análise da matéria do raciocínio na obra *Segundos Analíticos*⁴³. Consideremos, pois, os elementos da lógica formal na obra do Aquinate.

⁴¹ BOCHENSKI, I.-M. *Diretrizes do pensamento filosófico*. São Paulo: Herder, 1964, pp. 55-65.

⁴² TOMÁS DE AQUINO, S. *In I Periher*: lec1.

⁴³ TOMÁS DE AQUINO, S. *In I Anal. post*: lec1,n.6.

2. APREENDER.

A *simples apreensão* ou *intelecção indivisível*⁴⁴ é o ato por meio do qual o intelecto apreende, de modo absoluto, alguma essência, tornando-a semelhante a si mesmo⁴⁵. Por este ato, o intelecto afirma ou nega simultaneamente. O efeito deste ato de apreensão é a elaboração do *conceito*. Em outras palavras, o intelecto apreende a natureza da realidade individual de um modo simples e absoluto. A realidade *individual* é a que pode ser apontada ou indicada com o dedo⁴⁶ e nos parece ser algo idêntico a si mesma e distinta de qualquer outra também individual⁴⁷. E isso ocorre por causa da matéria que a *singulariza*⁴⁸, tornando-a idêntica materialmente a si mesma, embora distinta de todas as outras⁴⁹. Assim, em Pedro, por exemplo, sua humanidade, por causa desta singularidade, torna-se incomunicável e de nenhuma maneira realiza-se do mesmo modo em outro indivíduo humano⁵⁰.

Por outro lado, nosso intelecto que é uma potência espiritual da alma, é em si mesmo faminto da *verdade*. Não só das verdades divinas, as quais ele se inclina naturalmente, mas também a das coisas singulares do mundo material que se lhe fazem presentes. O intelecto não pode conhecer e definir as realidades singulares, tais como elas são nelas mesmas⁵¹. Ele é, no entanto, capaz de entender suas naturezas e expressá-las em si mesmo, como verdades. Ele *concebe* nele mesmo, uma similitude inteligível⁵² do real – *o conceito*⁵³ –

⁴⁴ A *intelecção indivisível* é a apreensão absoluta que o intelecto produz, por si mesmo, da quiddidade de alguma coisa: *In I Perih.* lec. 3,n.3.

⁴⁵ TOMÁS DE AQUINO, S. *STh*I,q30,a3,ad2;*In II Sent.*d24,q3,a1,c.

⁴⁶ TOMÁS DE AQUINO, S. *STh*I,q30,a4,c.

⁴⁷ TOMÁS DE AQUINO, S. *STh*I,q13,a9,c.

⁴⁸ FAITANIN, P. “A individuação da alma humana em São Tomás de Aquino”, *Aquinate*, n° 2 (2006), 89-99.

⁴⁹ O singular não é apto naturalmente a ser predicado de muitos, senão de um só, ou seja, de si mesmo: *In I Perih.* lec.10.

⁵⁰ TOMÁS DE AQUINO, S. *STh*I,q11,a3,c.

⁵¹ TOMÁS DE AQUINO, S. *STh*I,q29,a1,ad1.

⁵² TOMÁS DE AQUINO, S. *De nat. verbi intellectus*.

⁵³ O conceito é fruto da concepção que o intelecto faz pela abstração, ao considerar a universalidade da natureza de algo singular. Por *concepção* entende-se, neste contexto da lógica, a geração ou a produção de um conceito, por parte do intelecto [*STh* III,q13,a12,c]. Pela concepção o intelecto produz uma *palavra* ou *verbo mental*, no qual se encontra a similitude inteligível abstraída da coisa concreta, sem que com isso se estabeleça uma identidade entre natureza que concebe e a natureza concebida, pois o que o intelecto produz é uma similitude do objeto real [*STh*q27,a2,ad2]. O conceito é uma *voz* mental, cujo sinal sensível é um *nome* que indica certo significado [*In I Sent.*d2,q1,a3]. Por isso, aquelas simples concepções que são produzidas pelo intelecto são vozes mentais - *palavras interiores* - [*CG*.IV,11] que significam alguma coisa [*In I Perih.*lec.16]. Alguns conceitos, por razão de

abstraindo-lhe toda a materialidade⁵⁴. Assim ele produz uma representação *universal*⁵⁵ do singular⁵⁶. Só assim, isento desta materialidade, o intelecto conhece o singular e o define, pois o que o intelecto concebe nele mesmo é também imaterial, como ele. Por isso, o conhecimento intelectual dá-se por uma *assimilação*⁵⁷ do conhecido no cognoscente⁵⁸, formando no cognoscente uma *imagem* do objeto conhecido⁵⁹.

Esta imagem é a *espécie sensível* ou *inteligível*, de tal maneira que todo conhecimento se dá pela informação de alguma espécie da coisa conhecida, assimilada pelo cognoscente⁶⁰. Assim, pois, nosso intelecto não consegue formular um *conceito* da realidade singular sem abstrair, separar a materialidade da realidade singular, para conhecer a sua forma em ato⁶¹, a sua natureza, já que para conhecer o singular é sempre necessário abstrair⁶². Pois bem, o intelecto não é só capaz de *conceber*; ou seja, formar um conceito da natureza da realidade de modo imaterial, mas também de comunicá-lo sob a forma de uma expressão oral.

sua universalidade, são mais abrangentes do que outros, como o conceito *animal* que é mais *extenso* do que o conceito *homen*, já que aquele se estende e se predica de mais realidades do que este. Ao contrário, o conceito homem é mais compreensível do que o de animal, porque é menos extenso do que aquele. Esta distinção, segundo a universalidade, é o que determina a *extensão* e a *compreensão* do conceito. Exigem-se, para a expressão do verbo mental, *os sinais lingüísticos*, que por meio de palavras, nomes e verbos expressam o conceito e o seu significado.

⁵⁴ Abstrair é separar de algo singular toda a sua materialidade e movimento: *In II Sent.*d2,q2,a2,ad4; *STh*I,q55,a2,ad2. É sem dúvida o primeiro e mais nobre ato do intelecto, como sendo a sua mais perfeita operação: *STh*I-II,q4,a6,ad3.

⁵⁵ Etimologicamente, universal significa *unum versus alia*, um que se verte em muitos. Em seu significado real, *universal* é o que por natureza é apto a predicar-se de muitos [*In I Perih.* lec10; *In VII Met.* lec13]. É real, porém abstrato [*De ente et ess.* c3]. Ora, se o universal é o que é apto de predicar-se de muitos, isso significa que o que é universal é *comum de muitos*. Do que se segue, que universal e comum de muitos são sinônimos [*In I De trin.* lec.1; *In VII Met.* lec 13]. Cabe frisar que o intelecto somente produz o universal por abstração [*STh*I-II,q29,a6,c], pois o intelecto, pela abstração, ao produzir o universal, concebe o *conceito*, a partir do qual se expressa a essência universal da coisa particular, que ele considerou.

⁵⁶ TOMÁS DE AQUINO, S. *STh*I,q85,a2,ad2.

⁵⁷ Não se trata de assimilação fisiológica, como no caso da assimilação do alimento pelo estômago, mas de assimilação intelectual.

⁵⁸ TOMÁS DE AQUINO, S. *CG*.I,65,n537.

⁵⁹ TOMÁS DE AQUINO, S. *CG*.II,77,n1581.

⁶⁰ TOMÁS DE AQUINO, S. *In I Sent.*d3,q1,a1,obj3.

⁶¹ TOMÁS DE AQUINO, S. *CG*.I,44.

⁶² TOMÁS DE AQUINO, S. *STh*II-II,q173,a3,c.

E isso ocorre porque o conhecimento intelectual do homem traduz-se, exteriormente, num conjunto de *sinais*⁶³ sensíveis, falados ou escritos, que compõem a *linguagem humana*. A *linguagem falada* interessa à lógica⁶⁴, enquanto expressão da fala e manifestação do conceito, ou seja, aquela palavra interior concebida pela mente⁶⁵. Assim, pois, a *linguagem* é formada pela *palavra* que pode ser apenas *pensada* ou mesmo *falada* e *escrita*, embora sempre represente a própria palavra mental, mediante um sinal visível, impresso. Portanto, a parte elementar da linguagem é a *palavra*. Ela é uma *voz*⁶⁶ convencional significativa de um conceito, porque conforme entendemos algo, assim o nomeamos⁶⁷, com uma voz que tem significado⁶⁸. Nomear é dar nome e o *nome* é o sinal inteligível do conceito manifesto numa palavra falada ou escrita⁶⁹.

Uma coisa é a *etimologia* do nome, que indica a sua origem e outra coisa é a *significação* do nome, que indica o seu significado⁷⁰. Os nomes designam as substâncias, daí serem denominados *substantivos*. Há nomes que designam os atos, movimentos e paixões das substâncias, são os *verbos*, que são também vozes significativas, mas que se conjugam de acordo com o tempo em que se deu a ação da substância: *presente*, *passado* e *futura*. O verbo pode ser utilizado, às vezes, como substantivo ou considerado em si mesmo, em seu ato *abstrato*, no infinitivo⁷¹.

Pelo que vimos anteriormente, embora um nome por sua origem etimológica sirva para significar algo, por seu uso e convenção pode ser tomado para significar outra coisa, como o nome *cão* que significa o animal, mas que pode também ser tomado para significar a constelação, na medida em que representa a figura de um cão. Por que ocorre isso? Trata-se de um

⁶³ *Sinal* é aquilo que serve para o conhecimento de outro, ou seja, é o que se institui para significar outra coisa: *STh* III, q60, a4, c.

⁶⁴ Enquanto a linguagem falada é importante para a lógica, a *linguagem escrita* que é a expressão gramatical da linguagem falada é importante para a gramática e literatura. A *gramática* é a ciência, por cujo hábito, o homem tem a faculdade de falar corretamente [*STh* I-II, q56, a3, c]. A faculdade de falar corretamente, também, manifesta-se na *escrita*. A ciência da escrita é a *Literatura*. A Literatura é, em outras palavras, a ciência das letras, na medida em que as *letras* são, pois, sinais das vozes mentais [*In I Perih* lec2].

⁶⁵ TOMÁS DE AQUINO, S. *De ver*: q.9, a4.

⁶⁶ A *voz* é um sinal material, sensível da palavra, que permite a sua comunicação aos demais homens [*In I Perih* lec.4] e consiste na emissão oral dos sons como efeito orgânico das cordas vocais [*STh* I, q51, a3, obj4].

⁶⁷ TOMÁS DE AQUINO, S. *STh* I, q13, a1.

⁶⁸ TOMÁS DE AQUINO, S. *In I Perih* lec.4.

⁶⁹ TOMÁS DE AQUINO, S. *In IX Met* lec.3.

⁷⁰ TOMÁS DE AQUINO, S. *STh* II-II, q92, a1, ad2; I, q31, a1, ad1.

⁷¹ TOMÁS DE AQUINO, S. *In I Perih* lec5.

recurso lingüístico⁷² que consiste em tomar um *nome* [cão] com um significado [animal irracional] e utilizá-lo para significar outra realidade [constelação] que se lhe assemelha⁷³.

Neste sentido, os termos da linguagem, as palavras e os nomes, nem sempre conservam o mesmo significado. Basicamente o nome pode ser tomado sob três significações: *unívoco*, *equivoco* e *análogo*. Diz-se *unívoco* por significar só uma mesma essência, porque diz respeito a esta única natureza, havendo absoluta conveniência do nome com a natureza⁷⁴, como quando se toma o nome *coelho* para designar a uma espécie de animal e que conserva sempre este mesmo sentido.

Diz-se *equivoco* quando é tomado para significar várias coisas⁷⁵ de modo ambíguo, porque não significa a similitude das realidades para o qual foi tomado, mas a unidade do nome⁷⁶, ou seja, neste caso não ocorre a proporcionalidade entre o nome e a essência, porque aquele é comum, mas as essências diversas⁷⁷, como quando se toma o nome *quarto* para significar um número ordinal ou um cômodo da casa.

Diz-se *análogo* quando comumente se aplica a muitos⁷⁸, segundo uma comparação⁷⁹ por atribuição ou por proporção⁸⁰, em que, conforme o significado aceito, é posto na definição do mesmo nome, com outro significado⁸¹, como quando se toma o nome *liberdade* para aplicá-lo ao sentido moral ou para usá-lo no sentido penal.

Feita esta advertência, há de saber que os nomes podem ser tomados sob muitos significados, gerando inclusive quatro tipos de *oposição* entre os conceitos⁸². São denominados opostos os conceitos que significam atributos que não podem coexistir simultaneamente, num mesmo sujeito⁸³. *Oposição*

⁷² Este recurso é natural e dele nos valem para dar conta de nomear as coisas que conhecemos. E como há mais realidades do que nomes é necessário, então, que tomemos um nome, com um sentido, para significar outra realidade que em algo se assemelha ao sentido original do nome.

⁷³ TOMÁS DE AQUINO, S. *CG*.I,c.30.

⁷⁴ TOMÁS DE AQUINO, S. *STh*I,q5,a6,ad3;q13,a10,c;*In II Sent.* 22,1,3,ad2.

⁷⁵ TOMÁS DE AQUINO, S. *CG*.4,c.49. Um estudo acerca da analogia e a equivocação vejam: ASHWORTH, E.J. "Analogy and Equivocation in Thirteenth-Century Logic: Aquinas in Context", *Mediaeval Studies* 54 (1992) 94-135.

⁷⁶ TOMÁS DE AQUINO, S. *CG*.1,c.33.

⁷⁷ TOMÁS DE AQUINO, S. *STh*I,q4,a2,c.

⁷⁸ TOMÁS DE AQUINO, S. *In I Sent.* 22,1,3,ad2.

⁷⁹ TOMÁS DE AQUINO, S. *STh*I,13,a5,c.

⁸⁰ TOMÁS DE AQUINO, S. *In I Eth* lec. 7, n. 95-96.

⁸¹ TOMÁS DE AQUINO, S. *STh*I,13,a10,c.

⁸² TOMÁS DE AQUINO, S. *De quatuor oppositis*, c.1.

⁸³ TOMÁS DE AQUINO, S. *In X Met*.lec10.

consiste em afirmar e negar, ao mesmo tempo, como afirmar ‘branco’ e ‘não-branco’, de um mesmo sujeito⁸⁴. A oposição distingue-se em oposição própria e imprópria: a oposição *própria* é a que se dá por repugnância, mas com certa relação entre si, como entre *virtude* e *vício*, a oposição *imprópria* se dá, também, por repugnância, mas entre coisas que não se relacionam entre si, como a oposição entre *virtude* e *pedra*.

A oposição própria pode ser por *contradição*, por *privação*, por *contrariedade* e por *relação*. A *oposição por contradição* se dá entre conceitos que se excluem por negação, como a que se dá entre ‘homem’ e ‘não-homem’⁸⁵. A *oposição por privação* é a que se dá por carência de perfeição no sujeito, como a que se dá entre ‘pedra’ e ‘visão’, pois a pedra não é vidente nem cega⁸⁶. A *oposição por contrariedade* é a que se dá entre conceitos que são contrários entre si só pela espécie, mas não pelo gênero, como a que se dá entre os vícios ‘prodigalidade’ e ‘avareza’⁸⁷. A *oposição por relação* é a que se dá entre conceitos que se relacionam entre si, mas que guardam oposição, como a que se dá entre os conceitos de ‘pai’ e ‘filho’⁸⁸.

3. JULGAR.

Não é de todo estranho considerar que o intelecto para conhecer a verdade das coisas tenha que distinguir e unir conceitos abstraídos de uma realidade, cujos indivíduos igualmente se compõem, pois tais coisas finitas se dão por composição⁸⁹. Neste sentido, o intelecto conhece o real distinguindo-o para uni-lo conceitualmente, ascendendo no grau de conhecimento⁹⁰. Se pela primeira operação - a simples apreensão - o intelecto considera a natureza simples e abstrata do conceito em sua indivisibilidade, pela segunda - o juízo - ele considera os conceitos compondo-os ou distinguindo-os,

⁸⁴ TOMÁS DE AQUINO, S. *STh*I-II,q35,a4,c;*In I Perih*lec11.

⁸⁵ TOMÁS DE AQUINO, S. *De quatuor oppositis*, c.1.

⁸⁶ TOMÁS DE AQUINO, S. *De quatuor oppositis*, c.1.

⁸⁷ TOMÁS DE AQUINO, S. *De quatuor oppositis*, c.2.

⁸⁸ TOMÁS DE AQUINO, S. *De quatuor oppositis*, c.3.

⁸⁹ TOMÁS DE AQUINO, S. *In De trin*. lec2,q1,a3.

⁹⁰ Sobre isso vejam: MARITAIN, J. *Distinguer pour unir ou les degrés du savoir*. 3e. Édition. Paris: Desclée de Brouwer, 1939, viii-xxii.

afirmando-os ou negando-os, mediante o verbo 'ser' ou 'não ser'⁹¹, por cuja operação, afirma-se ser algo verdadeiro ou falso: *O homem é um animal racional*⁹².

No caso da *composição*, ou seja, da afirmação, o verbo *ser* indica certa união, certa identidade⁹³ e no da distinção, certa negação. O juízo compõe ou divide, segundo a união ou a distinção real das coisas, como na composição dos termos: *rosa* e *branca*, em que pelo juízo, afirma-se ou nega-se: *a rosa é branca*⁹⁴. O intelecto pelo juízo certo e evidente, expressa a verdade da coisa. A *verdade* é a máxima expressão do conhecimento. É a adequação entre o que o intelecto concebe do real e o que é o real em si mesmo⁹⁵. A verdade é, pois, uma exigência fundamental do intelecto. A *adequação* se dá pela igualdade, certa proporção ou similitude que se afirma entre as coisas que se relacionam entre si⁹⁶. Ora, sendo uma exigência fundamental do intelecto, a verdade é uma noção só perceptível pela mente⁹⁷, mas que manifesta e declara o ser da coisa⁹⁸. Por isso, a verdade existe principalmente no intelecto e só, secundariamente, nas coisas, na medida em que são comparadas com o intelecto, como a um princípio⁹⁹.

A verdade existe primeira e propriamente no intelecto divino¹⁰⁰ e só própria e secundariamente no intelecto dos homens¹⁰¹. Contudo, pode-se dizer que a verdade encontra-se nos sentidos, mas não do mesmo modo como se encontra no intelecto, pois no intelecto ela está por *reflexão* e nos sentidos como resultado dos seus atos, sem conhecer a verdade em si¹⁰². É salutar saber que a verdade pode encontrar-se na mente em 'potência' ou em 'ato'.

Encontra-se *em potência* quando o intelecto não a possui ainda em ato, seja por mera *negação*, na medida em que o intelecto não pode conhecer a verdade¹⁰³, ou por *privação*, na medida em que pode e deve conhecer a verdade,

⁹¹ TOMÁS DE AQUINO, S. *In I Perih.* lec3,n2;*De ver.*q14,a1. Interessa a análise sobre o sentido do verbo 'ser' como existência, predicação e identidade, no seguinte estudo: WEIDEMANN, H. "The Logic of Being in Thomas Aquinas", em: *Thomas Aquinas. Contemporary Philosophical Perspectives*. Ed. Brian Davies. New York: Oxford University Press, 2002, pp. 77-96.

⁹² TOMÁS DE AQUINO, S. *In I Perih.* lec7,n5.

⁹³ TOMÁS DE AQUINO, S. *In IX Met.*lec11;*SThI*,q85,a5, ad3.

⁹⁴ TOMÁS DE AQUINO, S. *In De trin.* lec2,q1,a3.

⁹⁵ TOMÁS DE AQUINO, S. *In III Sent.*d33,q1,a3,sol3.

⁹⁶ TOMÁS DE AQUINO, S. *De malo*,q16,a3,c;*SThI*,q42,a1,ad2.

⁹⁷ TOMÁS DE AQUINO, S. *In I Sent.*d19,q5,a1,c.

⁹⁸ TOMÁS DE AQUINO, S. *De ver.*, q.1,a.1,c.

⁹⁹ TOMÁS DE AQUINO, S. *SThI*,q16,a1,c.

¹⁰⁰ TOMÁS DE AQUINO, S. *SThI*,q16,a5,ad2.

¹⁰¹ TOMÁS DE AQUINO, S. *De ver.*q1,a4,c;*SThI*,q16,a1,c.

¹⁰² TOMÁS DE AQUINO, S. *De ver.*q1,a9,c.

¹⁰³ TOMÁS DE AQUINO, S. *De princ.nat.*c2.

mas dela ainda se encontra privado¹⁰⁴. Em estado de potência para a verdade o intelecto pode aprender o falso como verdadeiro. Neste caso ocorre o *erro* que é o juízo falso ou inadequado neste estado do espírito em que a verdade encontra-se em potência no intelecto, por cujo juízo aprova-se o falso por verdadeiro¹⁰⁵.

A verdade encontra-se *em ato imperfeito* quando o intelecto ainda não a possui em perfeição, por algum impedimento, seja a *dúvida*, quando o intelecto versa sobre a verdade sem o assentimento ou juízo, por encontrar-se entre duas teses opostas¹⁰⁶, seja a *opinião*, quando o intelecto versa sobre a verdade com o assentimento ou juízo, que aceita uma proposição, com o temor que a sua contraditória seja verdadeira¹⁰⁷. A *certeza* é o critério da posse da verdade *em ato perfeito*, o que ocorre quando o intelecto a possui perfeitamente, com a firme adesão da faculdade cognitiva ao objeto conhecido¹⁰⁸, pelos princípios universais indemonstráveis¹⁰⁹. Nossa capacidade de conhecer, por ser espiritual, lança-se à verdade infinita. No entanto, por ser criatura, ela conhece de modo imperfeito o que se lhe relaciona.

Dentre as coisas que se relacionam com o intelecto está o próprio homem e as demais criaturas. Neste sentido, Deus é a única e absoluta verdade incriada, enquanto tudo mais são verdades criadas, porque dizem respeito às criaturas. Do que se conclui que para nosso intelecto, que está em potência de conhecer a verdade, muitas verdades criadas são postas à sua possibilidade de conhecimento, embora só uma valha a pena ou mereça por si mesma ser conhecida, ou seja, a verdade divina ou a verdade das verdades.

Da afirmação de que há somente uma única verdade incriada e diversas criadas, segue-se que a fonte de toda verdade é Deus, por ser única, primeira e eterna¹¹⁰, a qual, por meio das *Sagradas Escrituras*, derivaram muitas outras verdades nas mentes dos homens¹¹¹. Tais verdades criadas têm o seu fim na verdade de fé que é o próprio Cristo¹¹². Por isso a verdade existe de modo primeiro no intelecto divino e se identifica com Ele¹¹³, mas própria e secundariamente, como já aludimos acima, no intelecto humano, na medida

¹⁰⁴ TOMÁS DE AQUINO, S. *In I De caelo*,lec6;*In I Sent*.d13,q1,a4,c.

¹⁰⁵ TOMÁS DE AQUINO, S. *De malo*,q3,a7,c.

¹⁰⁶ TOMÁS DE AQUINO, S. *In III Sent*.d17,q1,a4,c;*De ver*:q14,a1,c.

¹⁰⁷ TOMÁS DE AQUINO, S. *STh*I,q79,a9,ad4;*In III Sent*.d23,q2,a2,c1;*De ver*:q14,a1,c.

¹⁰⁸ TOMÁS DE AQUINO, S. *In III Sent*.d26,q2,a4;d23,q2,a2,c3.

¹⁰⁹ TOMÁS DE AQUINO, S. *STh*I-II,q112,a5,c.

¹¹⁰ TOMÁS DE AQUINO, S. *STh*I,q16,a7,ad4 e c;*De ver*:q1,a4,ad3.

¹¹¹ TOMÁS DE AQUINO, S. *De ver*:q1,a8,c;*De div.nom*I,lec1;*CG*.III,47.

¹¹² TOMÁS DE AQUINO, S. *STh*III,q96,a6,ad10.

¹¹³ TOMÁS DE AQUINO, S. *STh*I,q16,a5,ad2.

em que imita a verdade da mente divina¹¹⁴ e imprópria e secundariamente nas coisas¹¹⁵.

As coisas criadas são fontes de verdade para o intelecto, que as apreende¹¹⁶ das coisas mesmas, na medida em que elas mesmas têm fundamento nas coisas¹¹⁷. Ora, se a verdade existe principalmente na mente, assemelha-se a ela por natureza. Mas a natureza do intelecto é imortal e incorruptível, portanto, a natureza da verdade é a de um conceito incorruptível¹¹⁸. Contudo, só em Deus a verdade é imutável, pois no intelecto humano ela é temporária e mutável, porque pode mudar de verdade para falsidade¹¹⁹ ou vice-versa.

De três modos o intelecto conhece a verdade: de um modo *natural*, quando conhece a sua própria natureza, a verdade inerente¹²⁰ e seus verdadeiros princípios e isso, mediante a reflexão, *adquirida*, quando conhece a verdade das coisas, mediante os seus primeiros princípios verdadeiros, por abstração e, por *infusão*, quando a conhece por revelação divina, direta ou indiretamente¹²¹. A verdade que o intelecto adquire, ele apreende da realidade e, na medida em que se confirma o ser da realidade no intelecto¹²².

Segundo os modos de conhecer a verdade, estabelecem-se três tipos de verdade: a verdade *lógica*, a verdade *ontológica* e a verdade *eterna*. A verdade lógica é a que se refere ao que resulta do juízo que o intelecto faz sobre alguma realidade, ao afirmar ou negar se ela é ou não verdadeira¹²³. A verdade lógica não existe formalmente na simples apreensão, mas só no juízo. E ela existe no intelecto enquanto término do conhecimento, ou como o que é conhecido pelo intelecto¹²⁴. Por isso, o Aquinate afirma que a verdade tem o seu fundamento na coisa, mas ela se realiza formalmente na mente, quando ela apreende a coisa como ela é¹²⁵. Neste caso, o que mede é a mente e o medido é a coisa¹²⁶.

¹¹⁴ TOMÁS DE AQUINO, S. *CG.I*, c.60.

¹¹⁵ TOMÁS DE AQUINO, S. *De ver.*q1,a4,c;*SThI*,q16,a1,c.

¹¹⁶ TOMÁS DE AQUINO, S. *SThI*,q16,a6,ad1;*In I Sent.*d19,q5,a2,obj2;*De ver.*q1,a4,ad7.

¹¹⁷ TOMÁS DE AQUINO, S. *In I Sent.*d19,q5,a1,c.

¹¹⁸ TOMÁS DE AQUINO, S. *SThI*,q61,a2,obj23;*De ver.*q1,a5,obj13-15;q.1,a.4,c;*CG.II*,83.

¹¹⁹ TOMÁS DE AQUINO, S. *SThI*,q16,a8,c;*CG.III*,47.

¹²⁰ TOMÁS DE AQUINO, S. *De ver.*q1,a5,c.

¹²¹ TOMÁS DE AQUINO, S. *SThI*,q60,a1,ad3.

¹²² TOMÁS DE AQUINO, S. *SThI*,q16,a5,c.

¹²³ TOMÁS DE AQUINO, S. *De ver.*q1,a3,c;*In III Sent.*d23,q2,a2,c1;*In VI Met.*lec4.

¹²⁴ TOMÁS DE AQUINO, S. *In VI Met.*lec4,n.1233-1236;*In III De anima*, lec11,n746;*De ver.*q1,a3 e 9;*CG.I*,59;*SThI*,q16,a2,c.

¹²⁵ TOMÁS DE AQUINO, S. *In I Sent.*d19,q5,a1.

¹²⁶ TOMÁS DE AQUINO, S. *In I Perih.*lec3,n29-30.

A verdade ontológica é a da coisa, enquanto ela existe em si mesma e pode ser *substancial* ou *accidental*. A verdade ontológica substancial é causa da realidade do ser¹²⁷ e, a accidental, o efeito produzido pelo ente no intelecto. A *inteligibilidade* é o manifestar da coisa à mente¹²⁸. Opõe-se à verdade a *falsidade*, que é a expressão intelectual de inconveniência, inconformidade e inadequação do intelecto e da coisa, pela dessemelhança da coisa existente fora da alma. Como a verdade, ela só existe na mente¹²⁹.

Diz-se que a falsidade é *lógica* quando há a inadequação do intelecto com a coisa ou *ontológica*, quando há a inadequação da coisa com o intelecto¹³⁰. A *certeza* é a propriedade da verdade que consiste na firme adesão e evidência¹³¹ da faculdade cognitiva ao objeto conhecido¹³², pelos princípios universais indemonstráveis¹³³.

Diz-se que a certeza é *subjetiva*, enquanto existe na mente¹³⁴, mas secundariamente, por analogia de atribuição, é *objetiva*, pois o nome é indicado para, também, significar o objeto. A certeza é *meramente subjetiva* se não se funda na certeza objetiva. A certeza *verdadeiramente subjetiva*, que se funda na objetiva, é *certeza formal* e possui dois fundamentos: a *evidência objetiva* ou evidência da verdade e a *autoridade*, manifesta pela evidência de *credibilidade*. A certeza formal distingue-se em: *certeza de evidência*, fundada na certeza da verdade e *certeza de fé*, fundada no testemunho de autoridade, manifesto pela evidência de credibilidade.

A certeza de evidência distingue-se em: *certeza absoluta* ou metafísica e *certeza condicionada*. A certeza condicionada é *certeza física* e *certeza moral*. A certeza metafísica é absoluta porque se funda na própria essência da coisa. A certeza física é condicionada porque, se por um lado se funda nas leis naturais, por outro lado, sob certa condição, o milagre não descarta agir para além destes princípios. A certeza moral é condicionada porque, se por um lado o homem é regido por suas leis morais, ordenando suas inclinações e ações para o bem da natureza, por outro lado, sob certa condição, como pelas circunstâncias dos atos e das inclinações, pode-se limitar sua orientação moral.

A certeza de fé distingue-se em: *natural*, ou certeza de fé humana e *sobrenatural*, certeza de fé divina¹³⁵. Prova-se a *evidência* ser o fundamento da

¹²⁷ TOMÁS DE AQUINO, S. *STh*I,q16,a1,c;*De ver*:q1,a2e4.

¹²⁸ TOMÁS DE AQUINO, S. *STh*I,q16,a3,ad3.

¹²⁹ TOMÁS DE AQUINO, S. *STh*I,q17,a4;*De ver*:q1,a10-11.

¹³⁰ TOMÁS DE AQUINO, S. *STh*I,q17,a1,c;a3,c;*De ver*:q1,a9,c.

¹³¹ TOMÁS DE AQUINO, S. *De ver*:q14,a1,ad7;*CG*.III,47;*STh*I,q85,a6.

¹³² TOMÁS DE AQUINO, S. *In III Sent*.d26,q2,a4;d23,q2,a2,c3.

¹³³ TOMÁS DE AQUINO, S. *STh*I-II,q112,a5,c.

¹³⁴ TOMÁS DE AQUINO, S. *In I Sent*.d19,q5,a1,c.

¹³⁵ TOMÁS DE AQUINO, S. *STh*II-II,q1,a4,c;*De ver*:q14,a1,c;*In III Sent*.d23,q2,a2,c3.

certeza por sua *infallibilidade*, porque a verdade lógica é inseparável da verdade ontológica do objeto. A *evidência* é a clareza de um conceito ou proposição à mente, fundamentado em princípios universais; a evidência é propriedade da verdade e esta, por sua vez, propriedade do intelecto, na medida em que há adequação do intelecto com a coisa¹³⁶.

A causa da certeza subjetiva é a veracidade das potências cognitivas, que atestam sua reta ordenação ao conhecimento da verdade da realidade¹³⁷, embora os sentidos externos possam errar, por acidente, na busca de tal verdade¹³⁸. A causa da certeza objetiva não é nem o instinto nem as paixões, a afetividade propensa à utilidade da vida, mas a evidência objetiva¹³⁹. Quando, porém, a evidência e os princípios de conhecimento são postos em dúvida surge o *ceticismo*, que é fisicamente impossível e formalmente contraditório.

O ceticismo é *universal*, quando se estende a tudo e pode ser considerado: de *fato*, enquanto resume-se na atitude individual de agir pondo tudo em dúvida e de *doutrina*, enquanto resume-se na atitude de propalar, por doutrina, a todos, os princípios da dúvida universal. O ceticismo universal fatural é fisicamente impossível, pois é impossível suspender o assentimento de tudo e não aceitar, ao mesmo tempo, alguns princípios necessários para a própria suspensão do assentimento¹⁴⁰.

O ceticismo universal doutrinal é formalmente contraditório, porque afirma e nega, ao mesmo tempo, tudo que duvida, violando o primeiro princípio da não contradição¹⁴¹. O ceticismo é *particular*, quando se estende a um princípio. Pode ser acerca da existência do próprio sujeito, *ceticismo subjetivo* ou acerca da *verdade do objeto*, ceticismo objetivo ou *subjetivismo*. De qualquer maneira, tem especial relação com a lógica o ceticismo acerca da verdade do objeto, pois a aplicação dos princípios do conhecimento na formação da *oração* evita qualquer dúvida na afirmação da verdade.

A oração é uma voz significativa, cujas partes são o nome e o verbo¹⁴². A oração pode ser *perfeita* ou *imperfeita*. Diz-se perfeita quando completa a sentença e imperfeita quando não a completa e o seu proferimento soa sem sentido, para quem o ouve¹⁴³. A oração perfeita pode ser: *enunciativa*, porque enuncia algo, *argumentativa*, porque argumenta e *ordenativa*, seja esta *vocativa* -

¹³⁶ TOMÁS DE AQUINO, S. *STh*I,q17,a4,c.

¹³⁷ TOMÁS DE AQUINO, S. *CG*.III,107;*Quod*IV,a9,ad2;VIII,a3;*STh*I,q78,a4,ad2;I,q85,a2,ad3.

¹³⁸ TOMÁS DE AQUINO, S. *STh*I,q17,a2,c;I,q85,a6,c;*De ver*:q1,a11,c

¹³⁹ TOMÁS DE AQUINO, S. *In III Sent*.d23,q2,a2,c3

¹⁴⁰ TOMÁS DE AQUINO, S. *In IV Met*.lec9,n661.

¹⁴¹ TOMÁS DE AQUINO, S. *In IV Met*.lec9,n661,lec7,n611.

¹⁴² TOMÁS DE AQUINO, S. *In I Perih*. lec6,n2.

¹⁴³ TOMÁS DE AQUINO, S. *In I Perih*. lec7,n4.

reclama a atenção -, *interrogativa* - requer uma resposta -, *imperativa* - expressa uma ordem - e *deprecativa* - manifesta um pedido¹⁴⁴.

A oração imperfeita pode ser: aquela em que a oração não manifesta claramente a definição de algo; a oração que expressa claramente a definição de algo, mas que não completa a sentença, como na oração: *é racional*; e a oração que expressa claramente a divisão dos componentes da oração em gênero, espécie e diferença, como na oração: *Petro é animal racional*.

A oração acima referida – Pedro é animal racional – é uma definição, ou seja, é uma expressão da essência da coisa, que enuncia o gênero próximo e a diferença específica, porque responde à pergunta: *o que é isso?*¹⁴⁵. A definição pode ser: *nominal*, quando pretende dizer o que significa uma palavra como, por exemplo, a origem de um nome; *descritiva*, quando menciona as propriedades ou as partes constitutivas de algo como, por exemplo, a água é uma substância incolor, inodora e insípida; *genética*, quando se define algo pelo modo como ela foi composta - a mula é um híbrido do cavalo com o asno; *causal*, quando se define algo por sua causa eficiente ou final - a Odisséia é um poema escrito por Homero; *real*, quando se pretende dizer o que é uma coisa.

Para a definição contam-se as seguintes regras: deve ser *breve, clara, precisa*, evitando a vaguedade e a generalização, *própria*, para não confundir o definido com uma de suas espécies, como quando acontece ao dizer que o triângulo é uma figura de três lados iguais, *não circular*; para evitar conter em seus termos o definido, como quando se define a paz como a ausência de guerra e, por fim, *positiva*, na medida em que se evita definir pela negação do que não é, como ocorre quando se define o triângulo equilátero como não sendo o que é isósceles, nem escaleno.

Ao considerar a oração o intelecto a divide classificando-a, por uma operação lógica que *divide e classifica* uma oração ou as suas partes em gênero e espécies¹⁴⁶. Em alguns casos, na divisão, os gêneros dividem-se em espécies *analógicas*, que realizam o gênero de diversos modos, como ocorre nos casos de tais noções: *conhecimento, ciência, sabedoria* etc.¹⁴⁷ e em *unívocas*, que realizam o gênero de um único modo, como ocorre quando se toma o nome *coelho* para designar a uma espécie de animal e que conserva sempre este mesmo sentido.

Dizem-se espécies analógicas, porque participam mais ou menos da perfeição do seu gênero. Pode, inclusive, ocorrer que o mesmo gênero seja não só mais extenso que suas espécies, senão também, mais rico em sua

¹⁴⁴ TOMÁS DE AQUINO, S. *In I Perih*. lec7,n5.

¹⁴⁵ TOMÁS DE AQUINO, S. *In VII Met*. lec3,n1328; *In II Anal. post*. lec8,n7.

¹⁴⁶ TOMÁS DE AQUINO, S. *In II Anal. post*. lec14,n2; *STh*I,q77,a1,ad1;I-II,q95,a4.

¹⁴⁷ TOMÁS DE AQUINO, S. *Quodl.* II, q2,a3; *De ver*:q12,a12.

compreensão¹⁴⁸. O mesmo se diga da espécie, com relação ao indivíduo, já que nenhum indivíduo esgota, em si mesmo, toda a perfeição que concerne à espécie¹⁴⁹. No interior desta classificação emerge a *oposição* entre as orações, justamente, em razão da oposição entre os conceitos. Mas isso ocorre no *raciocínio*.

4. RACIOCINAR.

O *raciocínio* é a expressão de uma *oração significativa* derivada de um processo pelo qual a razão procede resolvendo e chega aos primeiros princípios¹⁵⁰, sendo um ato investigativo da razão¹⁵¹. Esta oração significativa é uma proposição, ou seja, um enunciado verdadeiro ou falso que indica um significado¹⁵². É uma oração constituída de *nome* e *verbo*, que pode ser simples ou composta. A proposição simples é a que se limita a compor ou dividir um atributo de um sujeito. A proposição *simples* é, também, denominada *categórica*. A matéria da proposição são os termos: *sujeito* (s) e predicado (p)¹⁵³. A forma da proposição é a cópula ou o verbo 'ser'¹⁵⁴:

¹⁴⁸ TOMÁS DE AQUINO, S. *De ver.* q12,a12.

¹⁴⁹ TOMÁS DE AQUINO, S. *In I De cael et mundo*, lec19.

¹⁵⁰ TOMÁS DE AQUINO, S. *SThI*,q79,a8,c.

¹⁵¹ TOMÁS DE AQUINO, S. *De ver.*15,1,c.

¹⁵² TOMÁS DE AQUINO, S. *SThI*,q13,a12.

¹⁵³ Sobre a importância da relação sujeito/predicado em Tomás de Aquino como ponto de partida de sua lógica ver: VEATCH, H.B. "St. Thomas' Doctrine of Subject and Predicate: A Possible Starting Point for Logical Reform and Renewal", em: A. A. Maurer (ed.), *St. Thomas Aquinas 1274-1974: Commemorative Studies*, t. 2. Toronto: Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 1974, 401-422.

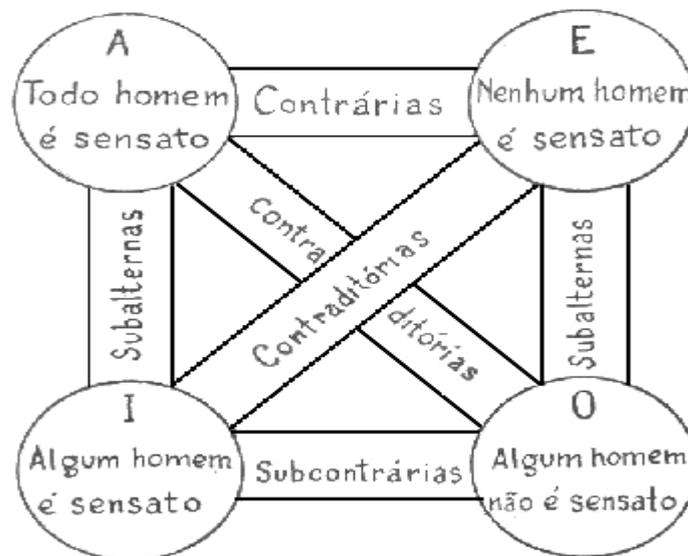
¹⁵⁴ Há, sem dúvida, uma estreita relação entre a conjugação do verbo 'ser' e a determinação da intensidade do 'ato de ser': não é o mesmo dizer que algo é do que dizer que será. Isso implica obviamente na doutrina da *participação* e da analogia. Sobre a teoria da cópula em Tomás vejam: KLIMA, G. "Aquinas' Theory of the Copula and the Analogy of Being", *Logical Analysis and History of Philosophy* 5 (2002) 159-176. A doutrina da participação foi interpretada por composição e por semelhança. A participação por composição é propriamente lógica e a por semelhança é a metafísica. A participação lógica é a da atribuição, a saber, uma participação por atribuição de algum predicado ao sujeito, em que o predicado enuncia uma parte do sujeito, onde, logicamente, podemos opor o sujeito tomado como um todo, à uma de suas partes, expressa pelo predicado. Há duas espécies de atribuição por participação: a) um: o predicado é elemento essencial do sujeito, por exemplo, quando se atribui um gênero à sua espécie – 'o homem é animal'; b) outro: o predicado está fora da essência do sujeito – 'o homem é branco': GEIGER, L.-B. *La Participation dans la philosophie de S. Thomas d'Aquin*. 2ème édition. Paris: Vrin, 1953, pp. 122-123. Em Tomás ver: *Quodlib.* 2, a.3.

O HOMEM (S) É (CÓPULA) MORTAL (P).

O conceito mortal é mais extenso que o de homem, por isso, homem (s) está contido sob mortal (s).

A proposição *composta* é a que se compõe de várias proposições simples, unidas entre si por uma unidade de significado. Vejamos o quadrado das oposições de proposições:

- a proposição universal afirmativa (A) - *Todo homem é sensato* -;
- a proposição universal negativa (E) - *Nenhum homem é sensato* -;
- a proposição particular afirmativa (I) - *Algum homem é sensato* -;
- a proposição particular negativa (O) - *Algum homem não é sensato* -.



Observa-se que neste quadro as proposições se opõem: a) *contraditórias*: A e O; I e E; uma é a simples negação da outra e, por isso, não admitem graus intermediários. Se uma é verdadeira, a outra é falsa e vice-versa. b) *contrárias*: A e E; não podem ser ao mesmo tempo verdadeiras. c) *subcontrárias*: I e O; não podem ser falsas ao mesmo tempo, mas podem ser ao mesmo tempo verdadeiras. d) *subalternas*: A e I; E e O; se a universal é verdadeira, também o é a particular, mas não vice-versa; e se a particular é falsa, também o é a universal, mas não ao contrário.

Há a possibilidade de conversão das premissas: A converte-se em I; E converte-se em O¹⁵⁵. As proposições são denominadas modais quando em sua

¹⁵⁵ TOMÁS DE AQUINO, S. *De quat. opp.*

composição enunciam determinados *modos*. Por *modo* entende-se algo que *adjetiva* o nome, que determina o substantivo: Homem *branco*, ou por algum advérbio que determina o verbo: corre *velozmente*. Há três modos: o que determina o sujeito; que determina o verbo e o que determina a composição de sujeito e predicado. Seis são os modos que determinam a composição: *verdadeiro, falso, possível, impossível, necessário* e *contingente*¹⁵⁶. Pois bem, todas estas proposições que constituem o raciocínio formam a argumentação.

A *argumentação* é um raciocínio composto por diversas proposições, cuja conseqüência da relação entre elas, de uma e de outra, é uma *conclusão* que expressa a verdade ou falsidade das proposições ou de suas relações¹⁵⁷. Há vários tipos de argumentação, dentre eles o *silogismo* que é um discurso, no qual feitas afirmações, outras daí se seguem¹⁵⁸. Um silogismo envolve três proposições: duas *premissas* e a *conclusão*.

Os termos do silogismo são os sujeitos e predicados dessas proposições e devem ser três. O sujeito da conclusão é o *termo menor*, indicado por *t* e o predicado da conclusão é o *termo maior*, indicado por *T*. Cada termo aparece exatamente duas vezes. O terceiro termo que estabelece o vínculo entre *t* e *T* é denominado *termo médio*, indicado por *M*. A premissa que contém *T* é denominada de premissa maior e por convenção sempre é mencionada em primeiro lugar. Em segundo lugar aparece a premissa menor, na qual ocorre *t*. A conclusão, envolvendo *t* e *T*, não envolvendo *M*, é mencionada em terceiro lugar:

TODO HOMEM ^(M)	É	ANIMAL RACIONAL ^(T) ;
PEDRO ^(t)	É	HOMEM ^(M) ;
PEDRO ^(t)	É	ANIMAL RACIONAL ^(T) .

É a *indução* o princípio do raciocínio que estabelece no silogismo o processo de ir-se do sensível ao inteligível, das verdades particulares a uma verdade universal¹⁵⁹. É a *dedução* o raciocínio que vai dos princípios universais a enunciados sejam particulares ou universais. É sinônimo de *paragôgia*. Pela dedução dos princípios se investiga o conhecimento da verdade¹⁶⁰. As leis do silogismo são: possuir três termos; o termo médio deve ser tomado sempre no mesmo sentido; o termo médio deve ser usado ao menos uma vez; os

¹⁵⁶ TOMÁS DE AQUINO, S. *De prop. mod.* Sobre o problema da possibilidade em Tomás, vejam: TRUNDLE, R.C. "Medieval Modal Logic and Science: Augustine on Necessary Truth and Thomas on Its Impossibility without a First Cause". Intr.: D. Lamb; J. R. Ramírez. Lanham: University Press of America, 1999.

¹⁵⁷ TOMÁS DE AQUINO, S. *De ver.* q14,a2,ad9.

¹⁵⁸ TOMÁS DE AQUINO, S. *In I Anal. post.* lec1,n4; *SThI*,q14,a7.

¹⁵⁹ TOMÁS DE AQUINO, S. *In I Anal. post.* lec1, n3.

¹⁶⁰ TOMÁS DE AQUINO, S. *SThII-II*,q.180,a3,c.

extremos não podem possuir na conclusão mais universalidade que nas premissas; a conclusão segue a premissa mais débil; nada se conclui das premissas particulares e nada se segue das premissas negativas. O silogismo tem sempre a mesma estrutura essencial, mas admite certa complexidade, segundo os diversos modos de predicção e acepção dos termos e, por isso, pode-se construir de muitas maneiras. Esta complexidade se dá pelas *figuras* e *modos*. As figuras do silogismo são as formas que revestem o silogismo, segundo a posição que o termo médio ocupa nas premissas. Há quatro figuras:

1° Figura: M é P
S é M
S é P.

2° Figura: P é M
S é M
S é P.

Nenhum *mamífero* é peixe
Todo vivíparo é mamífero
Nenhum vivíparo é peixe.

Nenhuma utopia é *realidade*
Toda verdade é realidade
Nenhuma verdade é utopia.

3° Figura: M é P
M é S
S é P.

4° Figura: P é M
M é S
S é P.

Nenhum *sofista* é crível
Algum sofista é advogado
Algum advogado não é crível.

Todo corpo é *extenso*
O extenso é divisível
Todo divisível é corpo.

Aqui se toma a palavra 'modo' para designar as configurações de cada figura, conforme as premissas sejam A, E, I, O. As combinações possíveis destas 4 (quatro) proposições numa figura de três proposições são 64 (sessenta e quatro), que para as 4 (quatro) figuras dá um total de 256 (duzentos e cinquenta e seis) possibilidades. Os lógicos medievais os denominavam com regras *mnemônicas*: cada caso legítimo recebe um nome, cujas três vogais indicam o tipo de proposição da premissa maior, menor e a conclusão. Barbara indica, por exemplo, que partindo de duas premissas A-A, conclui-se A. Daí os exemplos:

1° Figura: Barbara, Celarent, Darii, Ferio

2° Figura: Cesare, Camestres, Festino, Baroco

3° Figura: Darapti, Felapton, Disamis, Datisi, Bocardo, Ferison

4° Figura: Bamalip, Camenes, Dimatis, Fesapo, Fresison.

O silogismo pode ser completo e *entimema*, reto e oblíquo, afirmativo e negativo, simples e composto, absoluto e modal, apodítico, provável e errôneo. Pode ser também, hipotético e este, por sua vez, condicional, disjuntivo e conjuntivo¹⁶¹.

Um silogismo construído deliberadamente a fim de induzir ao erro é um sofisma. O *sofisma* é um raciocínio *falacioso*. Por falácia entende-se uma argumentação não dedutivamente legítima, proveniente de raciocínios incorretos, caso em que recebem o nome genérico de falácias. O sofisma é um tipo de falácia¹⁶². É um argumento que parece concluir a verdade, mas que é errôneo. Em muitas sentenças o erro se oculta sob uma forma aparentemente verdadeira. Esta é a principal arma da falácia. Como, quando por exemplo se diz:

Deve-se respeitar a liberdade
Ora, vigiar a moralidade é limitar a liberdade,
Logo, as leis que tendem a esse fim são injustas.

O erro se oculta sob uma forma de raciocínio aparentemente coerente, baseando-se num conceito, como *liberdade*, que admite vários sentidos e que tem limites. Desta maneira se produz o sofisma, que a lógica estuda, depois de considerar as regras do raciocínio. Em qualquer sofisma ocorrem: uma verdade aparente que dá ao argumento certa convicção e que é justamente o que causa o equívoco; um erro culto, ou alguma desordem do raciocínio que conduz a uma conclusão falsa.

Basicamente, se podemos resumir, há duas classes de sofismas:

A) os que se produzem por uma deficiência no vocabulário: *equivocidade* utiliza uma mesma palavra com vários sentidos; *ambigüidade* é a equivocidade oculta, indeterminada, como dizer que ‘o homem é autônomo’; *falsa composição e divisão*, que confunde o todo com a parte ou o que se diz coletivamente ou distributivamente, como ‘Itália e Alemanha têm mais de 50 milhões de habitantes – juntas ou separadamente?’

B) os que se produzem a partir de uma confusão dos conceitos: *conceito errôneo* – quando se baseia numa idéia equivocada de algum conceito (o cão morde, logo a constelação morde); *confusão do gênero e a espécie* quando se toma o genérico como específico (os animais são irracionais, o homem é animal, logo é irracional); *confusão dos predicados essenciais e acidentais*: vejamos o exemplo o fato de que ‘quase todos os filósofos estão em desacordo’ não permite concluir essencialmente que ‘o homem não pode conhecer a verdade’ ou,

¹⁶¹ Ver os exemplos em: SANGUINETI, J.J. *Logica*. 5ª. Edición. Pamplona: Eunsa, 2000, pp. 133-146.

¹⁶² TOMÁS DE AQUINO, S. *De fallaciis*, c3.

neste exemplo, ‘estes cristãos se comportam mal, logo o Cristianismo é criticável’.

Emanam deste tipo de sofisma as seguintes formas:

a) *reducionismo* – ‘se fulano pertence a uma classe alta, se segue que sua opinião é...’;

b) *confusão temporal e causal*: vê-se, por exemplo, em ‘depois do cristianismo, caiu o Império Romano’, mas não por causa do cristianismo;

c) *confusão causal*: como no exemplo ‘a metafísica não promove o desenvolvimento das ciências’ não é válido porque se lhe aplica uma causa que produz conseqüências que não são exigidas.

d) *Identificação entre o absoluto e o relativo*: ser ladrão, como tal, é absolutamente mal, mas, enquanto homem, é bom; o paralogismo se produz ao confundir estas duas classes de atribuições. Também há a forma que confunde o parcial com o total, como quando se diz ‘a dor é mal absolutamente; há a forma que identifica o atual e o potencial, como ‘o ser é movimento, logo Deus, que é Ser, é mutável’; e há, também, a forma que estabelece um salto da ordem do conhecimento para a ordem do real, quando, por exemplo, se diz de uma determinação de um conceito atribuído a algo real: ‘César é homem morto; logo é homem; logo vive’

e) Petição de princípio: ocorre quando se trata de um argumento que parte das premissas que precisamente hão de ser provadas: ‘Deus não existe, porque o universo não tem causa’, supõe demonstrar que o universo não tem causa; na petição de princípio se pretende que a premissa seja mais conhecida que a conclusão, como o argumento ontológico: ‘Deus existe, porque é perfeito’.

f) Contradições aparentes: ‘conhecemos Deus e não o conhecemos’, mas não no mesmo sentido; o paradoxo de quem diz ‘minto’ (se mente, diz a verdade e o contrário), se baseia numa frase sem sentido: os predicados ‘digo a verdade e minto’ exigem outra frase com respeito da qual se afirmem.

Estes e outros argumentos falaciosos desvirtuam o conhecimento da verdade. A disputa intelectual deve nortear a conquista da verdade, na medida em que evita a falsidade. Por isso, a *disputa* escolástica – que observa a forma, o rigor silogístico para a demonstração de um raciocínio, tanto para defender, quanto para argüir¹⁶³ – depurou enormemente o raciocínio dos sofismas. Foi o que Tomás de Aquino fez ao valer-se da lógica como instrumento de demonstração de suas principais doutrinas. Com esta breve exposição

¹⁶³ Segundo Bazán trata-se de ‘um processo natural, devido à maturidade do espírito científico medieval e a um maior domínio do método dialético’: Cf. BAZÁN, B.C. et alii. *Les questions disputés et les questions quodlibétiques dans les facultés de théologie, de droit et de médecine*. Turnhout: Typologie de sources du Moyen Age Occidental, 44-45, 1985, pp. 13-149.



procuramos destacar os principais elementos que constituem a denominada *lógica formal* no Aquinate. Trataremos a seguir dos elementos da *lógica material* no *Corpus Thomisticum*